

☐ Transição

# Economistas vão avaliar o Plano Collor

33 Eles esperam  
estabilização  
com retomada  
do crescimento

A Ordem dos Economistas de São Paulo divulgou ontem um documento com os critérios que usará para avaliar o Plano Collor, cujo anúncio é esperado para esta semana. Para a entidade, o novo plano já vai ganhar pontos positivos caso contemple um forte ajuste do setor público, um rígido controle monetário, a reinserção da economia brasileira à internacional, e uma política de rendimentos que evite pressão nos preços. Em suma, é bom que o plano combine estabilização com a retomada do crescimento econômico.

Na área do prometido ajuste fiscal, os economistas da Ordem vão verificar, por exemplo, se a elevação da carga tributária vai recair sobre os impostos diretos ou sobre os indiretos. "Se for sobre o IPI, vamos chiar", adianta o presidente da entidade, Roberto Macedo. Ele explica que o mais justo será que o aumento dos tributos incida sobre a renda ou propriedade. Isso porque "impostos indiretos atingem a população mais pobre que, em geral, gasta todo seu dinheiro no consumo e nada poupa".

A redução do gigantismo do Estado e do déficit público também será avaliada pela Ordem. Na opinião do vice-presidente da entidade, Sideval Aroni, o novo governo deve ser cauteloso na hora de ficar prometendo privatizações em massa em prazo recorde.

"Temo que o setor privado esteja sem condições de absorver funções que até hoje são do Estado", disse Aroni. Nesta área, a entidade resolveu aplaudir um programa de privatização que sinalise um processo transparente, de preferência com democratização do capital das estatais via bolsa de valores.

O também possível "tarifaço" ganhará capítulo especial nas análises dos economistas da Ordem. O diretor da entidade, Antônio Lacerda, lembra que, inevitavelmente, as tarifas deverão ser recuperadas. Resta saber como.

Do ponto de vista destes economistas o importante não será promover aumento sancionando custos historicamente determinados. Mas, sim, rever rigorosamente estes custos.

Lacerda prevê ainda que, caso queira intervir na política de preços, o novo governo vai se deparar com um problema técnico: a medição da inflação oficial. Se houver congelamento ou prefixação, o índice oficial — o IPC, medido pelo IBGE entre o dia 15 de um mês até o dia 15 do outro um resíduo inflacionário.